1Doc

Ofício 816/2026

De: Patrícia N. - GAP

Para: PONTE NOVA CAMARA MUNICIPAL

Data: 12/05/2026 às 11:09:31

Setores envolvidos:

GAP

Câmara Municipal de Ponte Nova (MG)

PROTOCOLO GERAL 526/2026
Data: 12/05/2026 - Horário: 14:19
Legislativo

Projeto de Lei Complementar 4201/2026

Ponte Nova, 12 de maio de 2026.

À Sua Excelência o Senhor

Wellington Sabino de Oliveira

Presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova

Ponte Nova – MG

Assunto: Projeto de Lei Complementar nº 4.201/2026

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando, para apreciação dessa Casa, o PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 4.201/2026, que "Altera a Lei Complementar Municipal n.º 4.763, de 5 de abril de 2024, para incluir titulares do cargo de Auxiliar de Creche na carreira do magistério da educação básica, e dá outras providências.

Atenciosamente,

Milton Teodoro Irias Junior

Assinado por 1 pessoa: MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/82AF-222B-BAC2-F6CE e informe o código 82AF-222B-BAC2-F6CE

Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/82AF-222B-BAC2-F6CE e informe o código 82AF-222B-BAC2-F6CE

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 82AF-222B-BAC2-F6CE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✔ MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR (CPF [redacted].XXX.XXX[redacted]) em 12/05/2026 11:13:51 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/82AF-222B-BAC2-F6CE

Gmail

Secretaria Camara Ponte Nova <secretaria2@pontenova.mg.leg.br>

Projeto de Lei Complementar 4201/2026

1 mensagem

Gabinete Prefeitura Municipal de Ponte Nova <gabinete@pontenova.mg.gov.br> 12 de maio de 2026 às 13:13

Para: Secretaria Camara Ponte Nova <secretaria2@pontenova.mg.leg.br>

Boa Tarde
Segue em anexo, o Ofício Gab 816/2026 ,e o Projeto de Lei 4201/2026 "Altera a Lei Complementar Municipal nº 4.763, de 5 de abril de 2024, para incluir titulares do cargo de Auxiliar de Creche na carreira do magistério da educação básica, e dá outras providências."
Favor confirmar o recebimento.
Patrícia Porto

3 anexos

gab816 proj4201.pdf
67K

proj4201 altera a Lei Complementar Municipal 4763.pdf
134K

proj4201 impacto orçamentário Altera a Lei Complementar Municipal 4763.pdf
155K

1Doc

Ato oficial 4.201/2026

De: Patrícia N. - GAP

Para: GAP - Gabinete do Prefeito

Data: 12/05/2026 às 10:54:22

Setores envolvidos:

GAP, SEGOV, SRH, SEMED

Altera a Lei Complementar nº 4763

Anexos:
proj4201_altera_a_Lei_Complementar_Municipal_n4763.pdf

Assinado por 4 pessoas: FERNANDA DE MAGALHÃES RIBEIRO, MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR, GEISA GRAZIELA TAVARES e ELILIANE CACILDA ESPERIDIÃO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/C971-060D-D9E9-2646 e informe o código C971-060D-D9E9-2646

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº4.201/2026

Altera a Lei Complementar Municipal nº 4.763, de 5 de abril de 2024, para incluir titulares do cargo de Auxiliar de Creche na carreira do magistério da educação básica, e dá outras providências.

Exposição de Motivos

Excelentíssimo Senhor Presidente, Ilustres Vereadores,

O presente Projeto de Lei Complementar tem por finalidade promover a adequação do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal (Lei Complementar nº 4.7634, de 5 de abril de 2024), às disposições da legislação federal superveniente, especialmente ao § 2º do art. 61 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), bem como ao § 2º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, ambos com redação conferida pela Lei nº 15.326, de 6 de janeiro de 2026 *litteris*:

> Lei 9.394/1996:
>
> Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)
>
> .....
>
> § 2º São considerados professores da educação infantil, devendo ser enquadrados na carreira do magistério, independentemente da designação do cargo que ocupam, os que exercem função docente e atuam diretamente com as crianças educandas, com formação no magistério ou em curso de nível superior e aprovados em concurso público. (Incluído pela Lei nº 15.326, de 2026)
>
> Lei 11.738/2008:
>
> Art. 2º .....
>
> .....
>
> § 2º Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, incluídos os professores da educação infantil, reconhecendo o princípio da integralidade entre cuidar, brincar e educar, independentemente da designação do cargo ou da função que ocupam, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional. (Redação dada pela Lei nº 15.326, de 2026)

Assinado por 4 pessoas: FERNANDA DE MAGALHÃES RIBEIRO, MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR, GEISA GRAZIELA TAVARES e ELILIANE CACILDA ESPERIDIÃO

A referida legislação passou a reconhecer expressamente como profissionais do magistério da educação básica aqueles que, independentemente da denominação do cargo, exercem função docente e atuam diretamente com as crianças, desde que atendidos os requisitos de formação e ingresso mediante concurso público.

No âmbito da educação infantil, a evolução normativa e pedagógica consolidou o entendimento de que as atividades de cuidar e educar são indissociáveis, constituindo dimensões integradas da atuação docente. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reafirmam que o trabalho com crianças envolve planejamento pedagógico, acompanhamento do desenvolvimento e avaliação contínua, afastando a concepção meramente assistencial dessas funções.

No contexto da rede municipal de ensino, observa-se que servidoras investidas no cargo de Auxiliar de Creche vêm exercendo, de forma permanente, atribuições de natureza tipicamente pedagógica, em atuação direta com as crianças, o que evidencia a existência de correspondência material entre as funções desempenhadas e aquelas próprias do magistério na educação infantil, o que se constata, inclusive, com uma simples leitura de suas atribuições, constantes do Anexo I da Lei Complementar nº 4.238/2019:

> **Auxiliar de Creche:**
>
> Cuidam de alunos na faixa de zero a seis anos, bem como podem prestar apoio escolar a estudantes com deficiência; desenvolvem atividades recreativas e lúdicas, em conformidade com a necessidade cognitiva de cada turma; cuidam da higiene das crianças; zelam pela limpeza do local de trabalho; auxiliam as crianças nas refeições; ministram medicamentos mediante prescrição médica; orientam e controlam as brincadeiras e o repouso; garantem a segurança das crianças na instituição; comunicam aos pais os acontecimentos relevantes do dia; mantêm a disciplina das crianças sob sua responsabilidade; levam ao conhecimento da direção qualquer incidente ou dificuldade ocorrida; ensinam e cuidam de alunos, orientando a construção do conhecimento; elaboram projetos pedagógicos; planejam ações didáticas e avaliam o desempenho dos alunos; preparam material pedagógico; organizam o trabalho; mobilizam um conjunto de capacidades comunicativas no desenvolvimento das atividades; participam dos planejamentos pedagógicos e dias de estudo; organizam registros de observações das crianças; utilizam recursos de informática; desenvolvem as atividades em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de segurança; participam de eventos ligados à Secretaria em que prestam serviços e exercem outras atividades afins.

Esta proposta legislativa visa, assim, corrigir o descompasso entre a denominação formal do cargo e a realidade das atribuições exercidas, promovendo a adequada conformação jurídica da situação funcional dessas servidoras, em consonância com a legislação educacional vigente.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido da vedação ao provimento derivado de cargos públicos sem prévia aprovação em concurso público (art. 37, II, da Constituição Federal), notadamente nas hipóteses de ascensão, transferência ou transposição funcional dissociadas da natureza do cargo de origem, conforme consolidado na Súmula Vinculante nº 43.

Assinado por 4 pessoas: FERNANDA DE MAGALHÃES RIBEIRO, MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR, GEISA GRAZIELA TAVARES e ELILIANE CACILDA ESPERIDIÃO

Todavia, a própria evolução jurisprudencial admite a distinção entre tais hipóteses e situações em que há adequação normativa fundada na identidade substancial de atribuições, na compatibilidade dos requisitos de investidura e na superveniência de norma geral de caráter nacional.

Nessas hipóteses, não se configura forma de acesso indevido a cargo público, mas sim medida de reenquadramento funcional destinada a harmonizar a situação concreta com o ordenamento jurídico vigente, sem afronta ao art. 37, II, da Constituição Federal.
Nesse sentido, o presente Projeto de Lei estrutura mecanismo excepcional e transitório de conformação funcional, ancorado em critérios objetivos, que exige formação específica para o exercício da docência e condiciona o enquadramento à comprovação do efetivo desempenho de atividades pedagógicas, preservando a correspondência entre as atribuições exercidas e aquelas inerentes ao cargo de Professor de Educação Infantil.

Portanto, a medida ora proposta não institui forma de provimento derivado, nem dispensa a exigência de concurso público para o ingresso no serviço público, mas busca regularizar situação funcional consolidada, à luz da legislação educacional vigente, em especial do § 2º do art. 61 da LDB, evitando a perpetuação de distorções incompatíveis com a organização contemporânea da educação infantil.

Além disso, a proposta prevê procedimento administrativo específico para verificação dos requisitos, com base em critérios objetivos, conferindo segurança jurídica ao processo de enquadramento.

Sob o prisma administrativo e educacional, a medida contribui para a valorização dos profissionais da educação, promove maior coerência na estrutura da carreira e fortalece a qualidade do ensino na educação infantil, em benefício direto das crianças atendidas.

Diante do exposto, o presente Projeto de Lei revela-se juridicamente fundamentado, alinhado às diretrizes nacionais de educação e necessário à adequada organização da rede municipal de ensino, motivo pelo qual se submete à apreciação do Poder Legislativo.

Ponte Nova,12 de maio de 2026.

Milton Teodoro Irias Junior
Prefeito Municipal

Eliliane Cacilda Esperidião
Secretária Municipal de Educação

Geisa Graziela Tavares
Secretária Municipal de Recursos Humanos

Fernanda de Magalhães Ribeiro
Secretária Municipal de Governo

Assinado por 4 pessoas: FERNANDA DE MAGALHÃES RIBEIRO, MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR, GEISA GRAZIELA TAVARES e ELILIANE CACILDA ESPERIDIÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 4.201/2026

Altera a Lei Complementar Municipal nº 4.763, de 5 de abril de 2024, para incluir titulares do cargo de Auxiliar de Creche na carreira do magistério da educação básica, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar Municipal nº 4.763, de 5 de abril de 2024, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

Art. 10-A. Integram a carreira do magistério público municipal da educação básica, no âmbito da educação infantil, as servidoras titulares do cargo efetivo de Auxiliar de Creche que exerçam, de forma permanente, atividades de natureza docente, nos termos do § 2º do art. 61 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do § 2º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, na redação dada pela Lei nº 15.326, de 6 de janeiro de 2026.

§ 1º Consideram-se atividades de natureza docente aquelas desenvolvidas diretamente com as crianças, compreendendo o cuidado indissociável da educação, o planejamento e o desenvolvimento de atividades pedagógicas, bem como a avaliação e o acompanhamento do processo educativo de desenvolvimento infantil.

§ 2º O exercício de atividades de natureza docente caracteriza função típica de magistério, aplicando-se às servidoras de que trata este artigo o regime jurídico, a jornada, o piso salarial profissional nacional e os direitos assegurados aos profissionais do magistério público da educação básica, nos termos desta Lei Complementar e da legislação do magistério aplicável.

§ 3º O disposto neste artigo fundamenta-se na natureza das atribuições efetivamente exercidas, prevalecendo sobre a denominação formal do cargo, nos termos da legislação federal.

Art. 10-B. As servidoras titulares do cargo efetivo de Auxiliar de Creche poderão ser enquadradas no cargo de Professor de Educação Infantil, mediante reconhecimento da natureza docente das atribuições efetivamente exercidas, observada a identidade substancial de funções e a compatibilidade dos requisitos de formação.

§ 1º O enquadramento de que trata o *caput* fica condicionado à comprovação do atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

I – efetivo exercício em unidade de educação infantil;

II – desempenho habitual e permanente de atividades de natureza docente;

III – formação em nível médio na modalidade normal (magistério) ou curso superior de licenciatura, nos termos da legislação federal.

§ 2º A verificação dos requisitos dar-se-á mediante procedimento administrativo específico, com base em registros funcionais, planos pedagógicos, relatórios de atividades

Assinado por 4 pessoas: FERNANDA DE MAGALHÃES RIBEIRO, MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR, GEISA GRAZIELA TAVARES e ELILIANE CACILDA ESPERIDIÃO

e demais elementos que evidenciem o exercício de atribuições de natureza docente, assegurada a oitiva da cada servidora e os respectivos recursos em face de indeferimento.

§ 3º Atendidos os requisitos, o enquadramento no cargo de Professor de Educação Infantil dar-se-á mediante ato administrativo declaratório, reconhecida a correspondência entre as atribuições do cargo de Auxiliar de Creche de natureza pedagógica e docente efetivamente exercidas e aquelas inerentes ao cargo de Professor de Educação Infantil.

§ 4º O enquadramento no cargo de Professor de Educação Infantil dar-se-á ao nível vertical de acordo com a formação acadêmica da servidora titular do cargo de Auxiliar de Creche, conforme critérios objetivos estabelecidos em regulamento, observada a correspondência com os níveis e classes previstos nesta Lei Complementar.

§ 5º O enquadramento de que trata este artigo possui caráter excepcional e transitório, constituindo medida de adequação do quadro funcional às disposições da legislação federal superveniente, especialmente o § 2º do art. 61 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o § 2º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, na alteração promovida pela Lei nº 15.326, de 6 de janeiro de 2026.

§ 6º Os cargos de Auxiliar de Creche não enquadrados na forma deste artigo permanecerão no quadro em extinção, assegurando-se todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

§ 7º O enquadramento e respectivos efeitos financeiros decorrentes produzirão efeitos a partir da publicação do respectivo ato administrativo declaratório, vedada a retroatividade e o pagamento de diferenças relativas a períodos anteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Integra esta Lei Complementar, conforme Anexo Único, a estimativa de impacto orçamentário-financeiro prevista na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova, de de 2026.

Milton Teodoro Irias Junior
Prefeito Municipal

Eliliane Cacilda Esperidião
Secretária Municipal de Educação

Geisa Graziela Tavares
Secretária Municipal de Recursos Humanos

Fernanda de Magalhães Ribeiro
Secretária Municipal de Governo

Assinado por 4 pessoas: FERNANDA DE MAGALHÃES RIBEIRO, MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR, GEISA GRAZIELA TAVARES e ELILIANE CACILDA ESPERIDIÃO

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: C971-060D-D9E9-2646

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- FERNANDA DE MAGALHÃES RIBEIRO (CPF [redacted].XXX.XXX-[redacted]) em 12/05/2026 11:10:25 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR (CPF [redacted].XXX.XXX[redacted]) em 12/05/2026 11:12:30 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- GEISA GRAZIELA TAVARES (CPF [redacted].XXX.XXX[redacted]) em 12/05/2026 11:49:10 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ELILIANE CACILDA ESPERIDIÃO (CPF [redacted].XXX.XXX-[redacted] em 12/05/2026 12:34:32 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/C971-060D-D9E9-2646

1Doc

Ato oficial 4.201/2026

De: Patrícia N. - GAP

Para: GAP - Gabinete do Prefeito

Data: 12/05/2026 às 11:01:43

Setores envolvidos:

GAP, SEPLAG - DPO, SEPLAG

Impacto Orçamentário

Anexos:
proj4201_impacto_orcametario_Altera_a_Lei_Complementar_n4763.pdf

Assinado por 3 pessoas: MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR, LUCIANO DOS SANTOS e CONSOLACAO DE FREITAS SILVA PAULA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/B0C6-A575-1411-546E e informe o código B0C6-A575-1411-546E

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 4.201/2026

Altera a Lei Complementar Municipal nº 4.763, de 5 de abril de 2024, para incluir titulares do cargo de Auxiliar de Creche na carreira do magistério da educação básica, e dá outras providências.

ANEXO ÚNICO

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Introdução

O presente relatório visa atender às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), demonstrando a estimativa do impacto orçamentário-financeiro potencial decorrente do Projeto de Lei Complementar em referência, que altera a Lei Complementar nº 4.763/2024, com o objetivo de possibilitar o enquadramento das servidoras titulares do cargo efetivo de Auxiliar de Creche no cargo de Professor de Educação Infantil, condicionada a medida à comprovação dos requisitos legais, funcionais e formativos previstos no projeto. O documento é elaborado em atendimento aos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, demonstrando a estimativa da despesa e seus reflexos para o exercício corrente e os dois subsequentes.

O enquadramento será realizado no Nível A, Grau I, sem aproveitamento de tempo anterior para fins de posicionamento horizontal inicial, iniciando-se a contagem para progressão somente a partir da homologação/publicação da lei e dos atos administrativos dela decorrentes. Considera-se, entretanto, que haverá reenquadramento vertical em razão da escolaridade, nos Graus III e IV, conforme formação acadêmica comprovada. O projeto prevê que o enquadramento no cargo de Professor de Educação Infantil observará a formação acadêmica da servidora, mediante critérios objetivos definidos em regulamento.

Parâmetros Utilizados:

Para a apuração dos custos, foram considerados os seguintes parâmetros técnicos:

- Natureza da despesa: obrigatória de caráter continuado, limitada ao eventual acréscimo decorrente do enquadramento vertical por escolaridade;
- Quantidade considerada: 50 servidoras cargo de Auxiliar de Creche;
- Cargo de enquadramento: Professor de Educação Infantil;
- Enquadramento inicial: Nível A;
- Enquadramento vertical estimado: 19 servidoras no Grau I, 14 servidora no Grau III e 11 servidora no Grau IV e 6 servidoras permanecerão como auxiliar de creche no Nível E-01 conforme tabela lei 4.903/2025;

Assinado por 3 pessoas: MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR, LUCIANO DOS SANTOS e CONSOLACAO DE FREITAS SILVA PAULA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/B0C6-A575-1411-546E e informe o código B0C6-A575-1411-546E

- Para fins estritamente técnicos de atendimento às exigências legais de estimativa e demonstração do impacto no exercício inicial, adotou-se a proporcionalização em 6 (seis) meses, considerando a dinâmica usual do trâmite administrativo necessário à conclusão do processo legislativo e dos procedimentos administrativos. Para os exercícios de 2027 e 2028, considerou-se o impacto anual cheio, correspondente a 12 (doze) meses;
- Componentes considerados: diferença de vencimento-base decorrente do Grau III e do Grau IV, 13º salário proporcional/rateado, 1/3 de férias proporcional/rateado e encargos patronais;
- Diferença de vencimento-base para o Grau I: nula, pois o vencimento-base do Professor de Educação Infantil - Nível A, Grau I - em 2026 é de R$ 3.127,46, valor equivalente ao vencimento do Auxiliar de Creche 25h - E-01 - previsto na tabela salarial de 2026;
- Para fins exclusivamente estimativos, adotou-se um cenário de projeção de reajuste anual de 6% (seis por cento) para os exercícios de 2027 e 2028, servindo o percentual apenas como referência para avaliação do impacto financeiro futuro;
- Os encargos patronais foram considerados à alíquota de 18,4%, conforme atualização decorrente da Lei Complementar nº 224/2025 e orientações do eSocial/Receita Federal, para o exercício de 2026 e de 22% para os exercícios subsequentes;
- Adicional de regência e adicional de desempenho de atividade educacional: para fins de apuração do impacto orçamentário-financeiro, considerou-se que as servidoras titulares do cargo de Auxiliar de Creche que vierem a ser enquadradas no cargo de Professor de Educação Infantil, por passarem a integrar a carreira do magistério e a exercer função típica de regência, deixarão de perceber o Adicional de Desempenho de Atividade Educacional, previsto para o cargo de Auxiliar de Creche, passando a perceber o Adicional de Regência, nos termos da legislação aplicável ao magistério municipal. Considerando que ambos os adicionais possuem o mesmo percentual de 15% sobre o vencimento básico, a substituição de uma rubrica pela outra não gera, por si só, acréscimo remuneratório autônomo, tendo sido o impacto apurado apenas sobre eventual diferença de vencimento-base decorrente do enquadramento vertical por escolaridade. As servidoras que não forem enquadradas e permanecerem no cargo de Auxiliar de Creche continuarão percebendo o Adicional de Desempenho de Atividade Educacional, desde que atendidos os requisitos legais pertinentes;
- Critério legal dos graus: Grau I para magistério de nível médio, Grau II para licenciatura curta e Grau III para licenciatura plena ou graduação com complementação pedagógica, Grau IV para Pós-graduação *lato sensu,* Grau V para Mestrado e Grau VI para Doutorado, conforme art. 107 da Lei Complementar nº 4.763/2024;

Assinado por 3 pessoas: MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR, LUCIANO DOS SANTOS e CONSOLACAO DE FREITAS SILVA PAULA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/B0C6-A575-1411-546E e informe o código B0C6-A575-1411-546E

Tabela Salários Base dos Profissionais Envolvidos:

A Tabela I — Professor, constante do Anexo I da Lei Complementar nº 4.763/2024, prevê os graus da carreira de professor de acordo com a formação/titulação, de Grau I a Grau VI, com valores por nível horizontal de A a J.

Cargo/Função	Nível / Grau	Qtde.	Sal. Base 2026	Sal. Base 2027	Sal. Base 2028
Professor de Ed. Infantil	A / I	19	R$ 3.127,46	R$ 3.315,11	R$ 3.514,01
Professor de Ed. Infantil	A / III	14	R$ 3.350,13	R$ 3.551,14	R$ 3.764,21
Professor de Ed. Infantil	A / IV	11	R$ 3.517,63	R$ 3.728,68	R$ 3.952,40
Auxiliar de Creche	E-01	06	R$ 3.127,46	R$ 3.315,11	R$ 3.514,01

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ESTIMADO

Impacto Orçamentário Total (incluindo encargos e benefícios)

Considerando que o enquadramento horizontal inicial ocorrerá no Nível A, o impacto financeiro estimado decorre exclusivamente da diferença de vencimento-base resultante do enquadramento vertical por escolaridade nos Graus III e IV, não havendo acréscimo autônomo decorrente do Adicional de Regência, por se tratar de substituição do Adicional de Desempenho de Atividade Educacional anteriormente percebido pelas servidoras enquadradas, ambos no percentual de 15% sobre o vencimento básico. As servidoras enquadradas no Grau I e aquelas que permanecerem no cargo de Auxiliar de Creche não geram acréscimo financeiro em relação à premissa adotada, pois o vencimento-base de referência permanece equivalente ao já considerado.

Cargo/ Função	2026	2027	2028
	Impacto	Impacto Anual	Impacto Anual
Professor de Ed. Infantil - Nível A, Grau I	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Professor de Ed. Infantil - Nível A, Grau III	R$ 24.606,51	R$ 53.751,93	R$ 56.977,05
Professor de Ed. Infantil - Nível A, Grau IV	R$ 33.877,15	R$ 74.003,27	R$ 78.443,46
TOTAL	R$ 58.483,66	R$ 127.755,20	R$ 135.420,51

O impacto orçamentário-financeiro incremental do PLC, considerando os dados informados de 19 servidoras no Grau I, 6 sem enquadramento, 14 no Grau III e 11 no Grau IV, com efeitos a partir de julho de 2026, é de aproximadamente de R$ 58.483,66 em 2026, R$ 127.755,20 em 2027 e R$ 135.420,51 em 2028.

Assinado por 3 pessoas: MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR, LUCIANO DOS SANTOS e CONSOLACAO DE FREITAS SILVA PAULA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/B0C6-A575-1411-546E e informe o código B0C6-A575-1411-546E

RELAÇÃO ENTRE CUSTOS DA FOLHA E RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Ressalta-se que, para fins exclusivamente demonstrativos, os valores abaixo refletem a projeção consolidada da despesa com pessoal, já acrescida do impacto deste Projeto de Lei e dos demais projetos com reflexo na folha considerados no quadro de planejamento municipal.

Ano	2026	2027	2028
Valor Folha	Atual	Projetado	Projetado
	R$ 165.352.536,25	**R$ 175.273.688,43**	**R$ 185.790.109,74**
PL 4.167/2026	R$ 204.222,74	R$ 274.731,83	R$ 48.535,96
PL 4.174/2026	R$ 1.535.307,46	R$ 2.019.111,46	R$ 2.140.258,15
PL 4.175/2026	R$ 73.981,34	R$ 97.294,24	R$ 103.131,90
PL 4.177/2026	R$ 219.047,40	-	-
PL 4.178/2026	R$ 120.519,22	R$ 255.729,35	R$ 284.245,81
PL 4.163/2026	R$ 201.498,36	R$ 378.574,93	R$ 401.291,68
PL 4.192/2026	R$ 855.253,83	R$ 1.405.950,32	R$ 1.490.307,34
PL 4.195/2026	R$ 226.930,15	R$ 426.342,97	R$ 451.923,55
Impacto deste PL	R$ 58.483,66	R$ 127.755,20	R$ 135.420,51
Total	**R$ 168.847.780,41**	**R$ 180.259.178,73**	**R$ 190.845.224,64**

Para fins de apuração do impacto orçamentário-financeiro, considera-se a Receita Corrente Líquida consolidada projetada em fevereiro de 2026 no montante de R$ 422.184.435,90 (quatrocentos e vinte e dois milhões, cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e noventa centavos).

Ano	2026	2027	2028
RCL	**R$ 422.184.435,90**	**R$ 447.515.502,05**	**R$ 474.366.432,17**
Custo Total Folha	R$ 168.847.780,41	R$ 180.259.178,73	R$ 190.845.224,64
% Custo total folha	39,99%	40,28%	40,23%
% Limite RCL	51,30%	51,30%	51,30%
R$ Limite RCL	R$ 216.580.615,62	R$ 229.575.452,55	R$ 243.349.979,70
Margem	11,31%	11,02%	11,07%
Saldo da Margem	R$ 47.732.835,21	R$ 49.316.273,82	R$ 52.504.755,06

O limite prudencial é de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento), o que totaliza a quantia de R$ 216.580.615,62 (duzentos e dezesseis milhões e quinhentos e oitenta mil e seiscentos e quinze reais e sessenta e dois centavos).

A despesa total consolidada com pessoal da Administração Direta e Indireta para o período de janeiro a dezembro de 2026, acrescida do impacto do atual Projeto de Lei

Assinado por 3 pessoas: MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR, LUCIANO DOS SANTOS e CONSOLACAO DE FREITAS SILVA PAULA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/B0C6-A575-1411-546E e informe o código B0C6-A575-1411-546E

Complementar, está estimada em R$ 168.847.780,41 (cento e sessenta e oito milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, setecentos e oitenta reais e quarenta e um centavos).

Esse montante representará 39,99% da Receita Corrente Líquida (RCL), mantendo-se dentro do limite prudencial de 51,30%, conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente estimativa foi elaborada, considerando que o reenquadramento horizontal das servidoras ocorrerá no Nível A, com início da contagem de tempo para progressão somente a partir da homologação/publicação da lei e dos atos administrativos individuais de enquadramento.

A estimativa foi elaborada considerando a nomeação a partir de junho de 2026, com impacto proporcional de 6 meses no exercício corrente e impacto anual cheio nos dois exercícios subsequentes. Foram incluídos no cálculo os vencimentos-base ajustados às tabelas vigentes para 2026, o 13º salário proporcional ou integral, o terço constitucional de férias, os encargos patronais.

Conforme demonstrado, a folha de pagamento para o exercício de 2026 está plenamente suportada dentro do planejamento orçamentário-financeiro. Não haverá comprometimento do percentual de gastos com pessoal, mantendo-se dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Além disso, a projeção indica que as metas fiscais relativas ao resultado primário e nominal não serão afetadas no cenário estimado, garantindo o equilíbrio financeiro e o cumprimento das exigências do artigo 17 da LRF. Dessa forma, a administração mantém o compromisso com a responsabilidade fiscal, assegurando a sustentabilidade das contas públicas.

Ponte Nova, 12 de maio de 2026.

Milton Teodoro Irias Junior

Prefeito Municipal

Consolação de Freitas Silva Paula

Secretária Municipal de Planejamento e Gestão

Luciano dos Santos

Chefe de Departamento de Orçamento

Assinado por 3 pessoas: MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR, LUCIANO DOS SANTOS e CONSOLACAO DE FREITAS SILVA PAULA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/B0C6-A575-1411-546E e informe o código B0C6-A575-1411-546E

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: B0C6-A575-1411-546E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR (CPF [redacted].XXX.XXX-[redacted] em 12/05/2026 11:12:02 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- LUCIANO DOS SANTOS (CPF [redacted].XXX.XXX-[redacted] em 12/05/2026 12:08:14 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- CONSOLACAO DE FREITAS SILVA PAULA (CPF [redacted].XXX.XXX-[redacted]) em 12/05/2026 13:00:43 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/B0C6-A575-1411-546E